

**MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO
COORDENAÇÃO GERAL DE AVALIAÇÃO**

**PROJETO
“COOPERAÇÃO EM CIENCIA E TECNOLOGIA
NO MERCOSUL”**

Fase II – 1998

Realizado sob os auspícios da

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS

**ESTUDO
“COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA EM
ZONAS FRONTEIRIÇAS NO MERCOSUL”.**

Informe Final Brasil

Dra. Sônia Regina Paulino

Colaboradora: Msc. Stela Maria Meneghel

Dezembro 1998

COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA NO MERCOSUL : ESTUDO SOBRE ZONAS FRONTEIRIÇAS

SETOR PRODUTIVO E INSTITUIÇÕES / ORGANISMOS GOVERNAMENTAIS

*Relatório de pesquisa sobre o caso do Estado do Rio
Grande do Sul*

BRASIL

Sônia Regina Paulino ⁽¹⁾

colaboradora : Stela Maria Meneghel

Resumo

Este relatório procura identificar o perfil da cooperação em C&T nas áreas de fronteira do Mercosul. Para o estudo de caso do Estado do Rio Grande do Sul, são abordados setores empresariais e instituições/organismos governamentais.

Verifica-se um significativo leque de iniciativas que inclui atividades de cooperação em andamento, atividades que podem contribuir para a identificação de oportunidades a fim de estabelecer cooperação, e ações de cooperação técnica entre organismos governamentais importantes na explicitação dos temas/áreas a serem priorizados na agenda de cooperação voltada para a integração e o desenvolvimento de regiões fronteiriças.

(1) tel. 016 232 2975 / e-mail : paulino@ige.unicamp.br

Sumário

1. Introdução	5
2. O Estado do Rio Grande do Sul	7
3. Iniciativas envolvendo cooperação internacional	11
3.1. Setores empresariais	11
3.1.1. Setores com cooperação	14
3.1.1.1. Empresas de Base Florestal	15
3.1.1.2. Artefatos de Borracha	16
3.1.1.3. Máquinas e Implementos Agrícolas	20
3.1.2. Setores com predomínio de relações comerciais e/ou concorrenciais	21
3.1.2.1. Câmaras setoriais vinculadas à SEDAI	21
3.1.2.2. Câmaras setoriais vinculadas à SAA	22
3.2. Instituições e organismos governamentais	24
3.2.1. Secretaria de Ciência e Tecnologia (SCT)	24
3.2.2. Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM)	27
3.2.3. Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (FEPAGRO)	29
3.2.4. Fundação de Ciência e Tecnologia (CIENTEC)	31
3.2.5. Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul (CODESUL)	33
3.2.6. Divisão de Assuntos Fronteiriços (DAF)	38
4. Caracterização da cooperação	39
4.1. Atores presentes na coordenação, fomento e realização de atividades de cooperação	39
4.1.1. Empresas	40
4.1.2. Instituições e organismos governamentais	41
4.2. Origem e determinantes da cooperação	43
4.3. Papel e significado da cooperação	44
4.4. Fatores que dificultam o aprofundamento da cooperação	45

<i>5. Recomendações</i>	46
<i>Siglas</i>	49
<i>Referências Bibliográficas</i>	52
<i>Anexos</i>	38

1. Introdução

O Estado do Rio Grande do Sul (RS), localizado no extremo sul do Brasil, tem intensificado o comércio exterior com parceiros do Mercosul, e constitui canal privilegiado de passagem do fluxo comercial entre o Brasil e os demais países do bloco econômico.

Destaca-se ainda uma forte atuação do governo estadual no sentido de aproveitar a posição estratégica do Estado no Mercosul como fator de desenvolvimento. O poder público busca então intensificar a integração nas áreas comercial, acadêmica, cultural e de C&T.

Justifica-se assim o estudo das formas que adquirem as iniciativas suscetíveis de estimular a cooperação em C&T envolvendo participantes do RS e dos países fronteiriços (Argentina e Uruguai).

O estudo procura identificar e caracterizar iniciativas desenvolvidas por setores empresariais, assim como a atuação de instituições e/ou organismos governamentais relevantes na coordenação/gestão, fomento e realização das atividades de C&T.

Contatos efetuados para o estudo dos setores empresariais

- Federação das Cooperativas de Lã do Brasil – FECOLÃ (representação de Porto Alegre)*
- Secretaria da Agricultura e do Abastecimento (SAA) : representação nas câmaras setoriais ligadas à agropecuária*
- Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais (SEDAI) : Coordenação das câmaras setoriais ligadas à indústria*
- Sindicato da Indústria de Carnes e Derivados no Estado do RS (SICADERGS)*

- *Sindicato das Indústrias de Máquinas e Implementos Agrícolas no RS (SIMERS)*
- *Sindicato das Indústrias de Artefatos de Borracha no Estado do RS (SINBORSUL)*

Contatos efetuados para o estudo das instituições / organismos do setor público

- *Companhia de Pesquisa em Recursos Minerais (CPRM)*
- *Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul (CODESUL)*
- *Divisão de Assuntos Fronteiriços (DAF)*
- *Fundação de Ciência e Tecnologia (CIENTEC)*
- *Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (FEPAGRO)*
- *Secretaria da Ciência e Tecnologia (SCT)*

Busca-se avançar na constituição de um panorama da cooperação existente no Estado do Rio Grande do Sul.

Os dados e informações apresentados foram obtidos através da realização de entrevistas, no mês de agosto de 1998, baseadas em roteiros (anexo 1) enviados antecipadamente, e de consulta à documentação fornecida pelos entrevistados.

*A estrutura do presente relatório retoma os aspectos enfatizados nos termos de referência do projeto, ou seja, a contextualização sócio-econômica da área estudada e a **caracterização da cooperação** através da identificação dos setores e/ou instâncias dinâmicos na sua realização e/ou no seu incentivo, origens e determinantes, papel e significado, obstáculos à sua realização, impactos das políticas públicas, e recomendações que contribuam para sua intensificação.*

2. O Estado do Rio Grande do Sul

Localização Geográfica : Localizado no extremo sul do País, o Estado do Rio Grande do Sul ocupa área de 282.062km². Faz limite ao norte com o Estado de Santa Catarina, a leste com o oceano Atlântico, ao sul com o Uruguai e a oeste com a Argentina.

População : 9.623.201 habitantes (dado da FIBGE para o ano de 1996).

A economia gaúcha : o Estado é o primeiro maior pólo brasileiro na produção de grãos e o segundo na produção de autopeças. Na composição da economia destacam-se a agricultura (soja, trigo, arroz, milho), a pecuária e os setores industriais ligados à metal-mecânica, química, couro, calçados, papel-celulose, alimentos, telecomunicações e informática.

De acordo com os dados da SEDAI, o produto interno bruto (PIB) gaúcho no ano de 1997 foi de US\$ 50,6 bilhões. O que representa 6,7 % do PIB nacional que foi de US\$ 749,4 bilhões (segundo os dados preliminares da FIBGE divulgados pela Secretaria de Política Industrial do Ministério da Indústria, Comércio e do Turismo).

Diversificação das atividades econômicas : os resultados dos setores Indústria e Serviços tiveram participação destacada no crescimento do PIB estadual (respectivamente 35,14% e 54,29%).

Programas de incentivo à indústria

- Programa Setorial de Desenvolvimento da Indústria de Transformação de Produtos Petroquímicos e Químicos - PROPLAST para a transformação de produtos petroquímicos e químicos.

- *Programa Setorial para o Desenvolvimento da Indústria de Cigarros – PROINCI.*
- *Programa Setorial de Desenvolvimento da Indústria de Autopeças – PROPEÇAS.*
- *Programa de Fomento ao Pólo Oleoquímico : produção e transformação de óleos animais, vegetais (exceto os derivados de soja) e minerais. Identificação de novas culturas agrícolas no Estado (sálvia, lavanda e artemísia).*
- *Programa Setorial de Desenvolvimento da Indústria de Alta Tecnologia – PROTEC.*
- *Programa Gaúcho de Qualidade e Produtividade.*
- *Programa Setorial para Interiorização das Indústrias – PROINTERIOR.*

Diferenças no dinamismo econômico das regiões do Estado

Em termos de dinamismo econômico, o RS apresenta nítidas diferenças entre as regiões norte e sul do Estado. O norte, englobando a região metropolitana de Porto Alegre e do Vale do Rio dos Sinos, e o pólo industrial de Caxias do Sul, concentram as atividades industriais mais dinâmicas. Na denominada Metade Sul do Estado prevalecem atividades agropecuárias (arroz irrigado, milho, soja, olericultura, fruticultura e pecuária extensiva). Esta segunda região tem apresentado baixo dinamismo econômico provocando o deslocamento da população em um movimento de reconcentração na região norte.

Face a essa situação, foi criada a Secretaria Extraordinária para Assuntos da Metade Sul, responsável pela implementação do RECONVERSUL, programa estadual com recursos do BNDES para o financiamento de projetos de desenvolvimento da Metade Sul. O programa prevê investimentos em amplo número de segmentos de

atividade econômica que possam proporcionar o revigoramento da região.

Comércio exterior : de acordo com os dados fornecidos pela SEDAI para 1997, o RS é o terceiro maior exportador do país (12% das exportações brasileiras), depois de São Paulo e Minas Gerais. No total das exportações gaúchas, os principais setores são calçados, óleo, fumo, química, automotivo, couro e carne.

Em relação aos países destinatários, a Argentina aparece na segunda posição, após os EUA. As **exportações para o total de países do Mercosul** cresceram 21% nos primeiros nove meses de 1997. No mesmo período as importações gaúchas provenientes dos países do Mercosul caíram 12%. Mas é importante destacar que Argentina e Uruguai constituem respectivamente o primeiro e o terceiro colocados no total das importações gaúchas.

Os dados de comércio exterior do RS referentes ao primeiro semestre de 1998, em comparação com o mesmo período do ano anterior, mostram para as exportações totais uma retração de 9% devido a dificuldades nas vendas de calçados, fumo, soja e carne de frango. Dentre os 10 principais compradores, somente para três não houve retração nas vendas Bélgica, **Argentina e Uruguai**. Para este bloco as exportações gaúchas aumentaram 11,28% (tratores, motores, carroçarias, máquinas e implementos agrícolas). **Nas exportações para o Mercosul**, os resultados foram impulsionados pelas vendas para a Argentina e Uruguai que aumentaram 12,98% e 18,51% respectivamente. Para o Paraguai houve retração de 1,75%.

Sobre as importações totais, houve aumento de 6,36% devido aos desembarques de automóveis argentinos em território gaúcho, o que expandiu as **importações do Mercosul** em 1,64% revertendo a tendência de queda nas compras do bloco. Os resultados detalhados mostram o aumento nas importações da ordem de 1,16% da Argentina, 15,27% do Paraguai e 3,19% do Uruguai.

O sistema estadual de inovação

O quadro a seguir apresenta as principais instituições que compõem o sistema estadual de inovação.

Quadro 1 - Instituições Integrantes do Sistema Estadual de Inovação no Rio Grande do Sul

Universidades	Instituições Estaduais
<p>Privadas</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Universidade Católica de Pelotas – UCPEL 2. Universidade da Região da Campanha – URCAMP 3. Universidade de Passo Fundo – UPF 4. Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ 5. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI 6. Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC 7. Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS 8. Universidade de Caxias do Sul – UCS 9. Universidade Luterana do Brasil – ULBRA 10. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS 11. Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ <p>Públicas</p> <ol style="list-style-type: none"> 12. Universidade Federal de Pelotas – UFPEL 13. Universidade Federal de Santa Maria – UFSM 14. Fundação Universidade do Rio Grande – FURG 15. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Jardim Botânico de Porto Alegre 2. Museu de Ciências Naturais 3. Parque Zoológico 4. Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde 5. Fundação de Pesquisa Agropecuária – FEPAGRO 6. Fundação Estadual de Proteção Ambiental – FEPAM 7. Fundação de Economia e Estatística – FEE 8. Instituto Riograndense do Arroz 9. Instituto de Pesquisas Biológicas 10. Fundação Alto Taquari de Ensino Superior – FATES 11. Fundação de Ciência e Tecnologia – CIENTEC 12. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul – FAPERGS
<p>Centros da EMBRAPA</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Centro de Pesquisa de Pecuária dos Campos Sul Brasileiros – CPPSUL 2. Centro de Pesquisa do Trigo – CNPT 3. Centro de Pesquisa Agropecuária de Clima Temperado – CPACT 4. Centro Nacional de Pesquisa de Uva e Vinho – CNPUV 	<p>Escola Técnica</p> <p>Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha</p>

Fonte : Secretaria da Ciência e Tecnologia do Estado do Rio Grande do Sul, 1996.

“ Visão institucional” do Estado

Esta segunda fase do projeto confirma a percepção institucional das possibilidades abertas para o Estado com a integração no âmbito do Mercosul.

A proximidade geográfica e as características sócio-econômicas e culturais são identificadas nas instâncias da administração pública como fatores de estímulo à aproximação entre empresas e instituições de ensino e pesquisa brasileiras e seus similares na Argentina e no Uruguai. A existência de situações e problemas comuns oferece ao RS um campo singular e estratégico a ocupar no intercâmbio com os países do Cone Sul.

*Sendo “o Estado mais meridional do Brasil”, o intercâmbio com os demais países do Mercosul e sobretudo com os fronteiriços adquire caráter estratégico. Identifica-se assim um “**campo próprio de oportunidades**” de cooperação baseado na existência de condições diferenciadas em relação a outros Estados brasileiros.*

A identificação sobretudo com o Uruguai e com as províncias do nordeste argentino confere ao RS situação privilegiada para o desenvolvimento da cooperação.

Foi ratificada também a crescente conscientização sobre a especificidade do momento histórico marcado pela intensificação das relações no âmbito do Cone Sul. Trata-se de um novo elemento no quadro das relações interuniversitárias que ocorrem preferencialmente com a Europa e os EUA.

No âmbito das ações governamentais, essa percepção é corroborada pela atuação da SEDAI, pelo envolvimento da administração estadual nas atividades do CODESUL, e pelas iniciativas da Secretaria da Ciência e Tecnologia.

3. Iniciativas envolvendo cooperação internacional

3.1. Setores empresariais

Para a identificação de setores econômicos dinâmicos na cooperação foi realizado um contato prévio junto às coordenações das câmaras setoriais (CS) através dos seus representantes ligados à SEDAI e à SAA. Estes indicaram os setores da produção econômica nos quais iniciativas de

cooperação/parcerias no âmbito do MERCOSUL encontram-se em fase de discussão e/ou desenvolvimento.

*A proposta de criação de câmaras setoriais estaduais teve origem na SEDAI e foi implementada em agosto de 1995. Tem-se como objetivo o estabelecimento de parcerias regionais e setoriais envolvendo empresas, universidades, Estado, municípios, trabalhadores e instituições não governamentais para o **desenvolvimento econômico social e tecnológico do RS.***

*A CS deve constituir um fórum de debates e de formulação de políticas relativas à produção de bens e serviços servindo como instrumento de reestruturação produtiva do Estado na busca de maior **competitividade**. Em relação às suas funções, destacam-se a superação de problemas conjunturais e estruturais, a definição de políticas, estratégias e diretrizes, a promoção de políticas tributárias, a obtenção de maior eficiência na aplicação dos investimentos públicos.*

Com base nos exemplos das CS mais ativas é possível afirmar que essa instância tem se constituído no local de discussão de questões conjunturais e estruturais ligadas aos setores da economia mais afetados com a política nacional de abertura da economia.

Entre um total de vinte e seis cadeias produtivas representadas nas CS (anexo 2), foram indicadas nove diretamente vinculadas à SEDAI e cinco vinculadas à SAA. Estas quatorze cadeias produtivas foram mencionadas como as que mais têm recorrido às CS para discussão e busca de soluções para os problemas identificados.

Quadro 2 – Câmaras setoriais mais dinâmicas

<i>Câmaras Setoriais da SEDA</i>	<i>Câmaras setoriais da SAA</i>
1. Alimentos Industrializados	1. Arroz
2. Base Florestal e Moveleira	2. Carne Bovina
3. Borracha	3. Ovinocultura
4. Couro e Calçados	4. Trigo
5. Materiais Recicláveis	5. Uva e Vinho
6. Metal-Mecânica, Metalúrgica, Maquinaria Agrícola e Material Elétrico	
7. Pedras Preciosas	
8. Química, Petroquímica e Plástico	
9. Têxtil	

Fonte : SEDA

O estudo das CS permitiu a identificação de cooperação apenas nos setores de artefatos de borracha, máquinas e implementos agrícolas e de base florestal. Nos demais segmentos da produção econômica predominam relações comerciais e relações concorrenciais acirradas pela formação do bloco comercial.

O quadro 3 lista as relações identificadas entre empresas gaúchas e suas contrapartes no âmbito do Mercosul.

Quadro 3 – Síntese das relações entre setores empresariais

Câmara Setorial	Relações mencionadas
Indústria	
1. Alimentos industrializados	Transações comerciais
2. Base florestal e moveleira	Cooperação
3. Artefatos de borracha	Cooperação
4. Couro e calçados	Transações comerciais
5. Materiais recicláveis	N.E.R.
5. Metal-Mecânica ¹	Cooperação
6. Metalúrgica,	N.E.R.
Maquinaria Agrícola e	Cooperação
Material Elétrico	N.E.R.
7. Pedras Preciosas	N.E.R.
8. Química, Petroquímica e Plástico	N.E.R.
9. Têxtil	Concorrência
Agropecuária	
1. Arroz	Transações comerciais
2. Carne Bovina	Transações comerciais
3. Ovinocultura	Transações comerciais
4. Trigo	Concorrência
5. Uva e Vinho	Concorrência

Fonte : projeto “Cooperação Científica e Tecnológica no Mercosul : estudo sobre zonas fronteiriças”.
NER : não foi destacada a **existência** de **relações** entre empresas.

3.1.1. Setores com cooperação

Para os setores ligados à produção de base florestal, de artefatos de borracha e de máquinas e implementos agrícolas, foi identificada a presença, particularmente importante, de iniciativas visando ao estabelecimento de cooperação.

¹ Estágio de técnicos para qualificação e treinamento de recursos humanos, envolvendo empresas do Brasil, Argentina e Chile.
MCT/OEA – Cooperação em Ciência e Tecnologia no Mercosul. Fase II, 1998
Paulino, S. *Cooperação em C&T em Zonas Fronteiriças* –Informe final-Brasil

3.1.1.1. Empresas de Base Florestal

O setor é beneficiário de políticas públicas com os objetivos de enfrentar o déficit florestal e de dinamizar o importante pólo moveleiro existente no Estado. O apoio do governo estadual ocorre através de programas coordenados pela Secretaria Extraordinária para Assuntos da Metade Sul : Programa Florestal do CODESUL e Programa de Desenvolvimento Florestal da Metade Sul do RS.

Este último busca o desenvolvimento econômico das empresas de base florestal através de políticas governamentais de fomento e crédito, de incentivos fiscais, e da pesquisa científica e tecnológica.

O programa prevê o financiamento de um plano de desenvolvimento florestal, tendo como fase preliminar o recadastramento florestal para localização das reservas existentes. O projeto de recadastramento teve início no segundo semestre de 1998, com duração prevista de um ano para a sua finalização.

*O setor identifica a necessidade de disponibilidade de **informações técnico-científicas** para a implantação de florestas, existência de pessoal técnico de nível superior e nível médio especializado, introdução de inovações tecnológicas na exploração florestal, integração institucional. Nesse sentido, devem ser integrados aos projetos instituições de representação do setor florestal e moveleiro, centros de ensino profissionalizante, centros de pesquisa e universidades.*

Participantes do programa : Associação Gaúcha de Empresas Florestais (AGEFLOR), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa-florestal), Câmara Setorial da Indústria de Base Florestal e Moveleira, Associação Sul Brasileira de Empresas Florestais (ASBR), Conselho de Desenvolvimento Sustentável Florestal do Mercosul (CEDEFOR), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA), Federação da Agricultura do Rio

Grande do Sul (FARSUL), Sindimadeira – Caxias do Sul, Movergs, FEPAGRO.

Tendo como pano de fundo essa experiência em andamento no Estado, o setor vem procurando expandir suas ações no âmbito do Mercosul via iniciativa da AGEFLOR para constituição do CEDEFOR e incentivo à sua participação nos projetos que integram o plano de desenvolvimento para as empresas de base florestal.

O CEDEFOR tem por objetivo promover a interação com instituições de pesquisa para prover os agentes de extensão de tecnologia. Trata-se de incentivar a cooperação entre redes similares dos países do Mercosul para a realização de estudos em comum.

*Esforços neste sentido são justificados pela necessidade de integração e da busca de **linhas de ação comum no setor florestal do Mercosul.***

Quanto às formas de funcionamento, cabe às comissões especiais discutir e elaborar propostas em torno dos temas priorizados pelo setor : certificação e padronização de produtos florestais, capacitação e treinamento de recursos humanos, criação de faculdades florestais do Mercosul, definição de políticas públicas.

Como exemplo de atividades em andamento, pode ser mencionado o projeto de estudo da cadeia produtiva do setor florestal-industrial com participação da EMBRAPA e da Universidade Federal do Paraná (UFPR) para analisar fatores determinantes da competitividade do setor no mercado regional. Como exemplo de iniciativas a serem incentivadas, pode ser citada a realização do I Encontro Florestal do Mercosul, com organização e coordenação do CEDEFOR, proposta esta creditada a pesquisador da instituição argentina INTA, participante das atividades do CEDEFOR.

3.1.1.2. Artefatos de Borracha

O setor produtor de artefatos de borracha tem suas vendas alavancadas pelo desenvolvimento do setor automotivo no

RS. O governo estadual promoveu ampla política para atração de investimentos industriais com base na concessão de crédito barato e de isenção fiscal. Instalaram-se recentemente no Estado montadoras da Ford, da General Motors e da Navistar.

Considerada pela representação empresarial uma importante instância para encaminhamento das demandas do setor, a CS ligada às empresas produtoras de artefatos de borracha é considerada uma das mais ativas. Contrariamente ao caso de outros setores, (como, por exemplo, o de calçados com perfil exportador, e o da metal-mecânica, devido ao dinamismo e à importância na economia gaúcha), o setor de artefatos de borracha tradicionalmente não tem sido integrado ao leque de políticas públicas destinadas aos setores empresariais.

Esse setor vem desenvolvendo atividades, baseadas na elaboração de projetos técnicos, e voltadas para a conquista de mercados externos. Estas iniciativas contam com a participação da Associação Brasileira da Indústria de Artefatos de Borracha (ABIARB) e da Associação Nacional dos Fabricantes de Artefatos de Borracha (ANFAB) através de sua regional no RS. ABIARB E ANFAB são as duas entidades de representação do setor em nível nacional, com sedes em São Paulo e Rio de Janeiro respectivamente. No Rio Grande do Sul, o setor é representado pelo Sindicato das Indústrias de Artefatos de Borracha no Estado do RS (SINBORSUL) filiado à ANFAB.

Essa última lançou, em 1994, o Programa de Internacionalização das Indústrias Brasileiras do Setor de Artefatos de Borracha que tem por objetivo desenvolver a competitividade industrial do setor.

Em uma primeira etapa, o programa dá prioridade à atualização tecnológica e à qualidade através da eliminação de deficiências no interior das fábricas ou no “chão de fábrica”. Procura-se uniformizar tecnologia, normas de qualidade, normas técnicas, e definir especificações a serem atendidas pelos fornecedores de matérias-primas.

A segunda etapa consiste em eliminar obstáculos externos através da formação de profissionais de comércio exterior.

As iniciativas são, portanto, orientadas para a gestão da tecnologia envolvendo capacitação e treinamento de recursos humanos, utilização de serviços de consultoria técnica, implantação de sistemas de qualidade, desenvolvimento de banco de dados, capacitação em aquisição de informação tecnológica.

Os participantes do projeto de internacionalização são : empresas do setor de artefatos de borracha, empresas petroquímicas, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Universidade do Vale do Rio Dos Sinos (UNISINOS), Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade (PBQP), Confederação Nacional da Indústria (CNI), e o Centro de Tecnologia de Polímeros (CETERPO) ligado ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).

Destacam-se nas iniciativas do setor (i) as parcerias com a UNISINOS e o CETERPO no desenvolvimento do Programa de Qualidade da Indústria de Artefatos de Borracha, que terá sua quarta edição em 1999, e procura eliminar problemas levantados a partir da identificação de áreas carentes no desenvolvimento de produtos para exportação; (ii) e o “Programa de Internacionalização das Indústrias Brasileiras de Artefatos de Borracha” em seu sub-projeto 1 : “Capacitação dos Recursos Humanos para atuação no Comércio Internacional”, de abril de 1998.

Em relação ao intercâmbio no âmbito do Mercosul, foi criada, em julho de 1992, a “Comisión de Industriales del Caucho del Mercosur” (COMINCAUCHO) que constitui a instância responsável pela elaboração e viabilização de projetos internacionais para capacitação tecnológica e gestão da qualidade. Esta instância deve promover a complementação industrial, acordos de transferência tecnológica, assistência técnica e a integração regional do setor.

Os participantes são : Associação Brasileira da Indústria de Artefatos de Borracha (ABIARB), Associação Nacional dos Fabricantes de Artefatos de Borracha (ANFAB), Asociación

Paraguay de la Industria del Caucho (APIC), Cámara de Industriales del Caucho y Afines del Uruguay – (CICAU) e Federación Argentina del Caucho (FAIC).

Como resultados da cooperação regional foi elaborado o Relatório da Competitividade da Indústria de Artefatos de Borracha da Argentina, Brasil e Uruguai, finalizado em março de 1995, e que contou com o suporte financeiro do SEBRAE/RS e das empresas Coperbo e Petroflex, grandes fornecedores de matérias-primas.

Em 1994, foi elaborado o projeto para “Implantação da Capacitação Tecnológica e da Gestão da Qualidade na Indústria de Artefatos de Borracha da Argentina, Brasil e Uruguai”. Esse originou o sub-projeto “Capacitação e Aperfeiçoamento de Profissionais e Técnicos da Indústria de Artefatos de Borracha do Mercosul” para treinamento de profissionais recentemente graduados em universidades ou institutos politécnicos em centros tecnológicos e fabris da União Européia.

O sub-projeto foi submetido e aprovado no programa de cooperação empresarial previsto no acordo União Européia-Mercosul. Este programa procura incentivar o fluxo comercial, os investimentos, projetos de cooperação industrial e transferência de tecnologia.

No caso brasileiro, o setor de artefatos de borracha prepara-se no sentido de enviar, para realização de estágios, técnicos do SENAI e da UNISINOS que repassarão os conhecimentos adquiridos aos técnicos das empresas.

Como proposta para a intensificação do intercâmbio, as empresas representadas na COMINCAUCHO sugerem a organização da “I Feira Expocaucho del Mercosur”. Essa iniciativa vem apresentando como um obstáculo à sua concretização as dificuldades para a adesão das grandes empresas que integram a cadeia produtiva na qual se encontram as empresas de artefatos de borracha.

3.1.1.3. Máquinas e Implementos Agrícolas

O Sindicato das Indústrias de Máquinas e Implementos Agrícolas no RS (SIMERS) representa as empresas produtoras de tratores, silos, arados, colheitadeiras, ordenhadeiras, máquinas para trato florestal. O setor é composto por empresas gaúchas com tradição exportadora para Argentina e Uruguai.

O intenso fluxo comercial com os países fronteiriços coloca para as empresas demandas em termos de conhecimentos tecnológicos ligados à engenharia do produto e à operação e manutenção das máquinas e implementos de maneira a adaptá-los às exigências dos consumidores.

No sentido de aproveitar as oportunidades colocadas pelas relações comerciais, foi elaborado pelo SIMERS o projeto para “Criação de Centros de Difusão de Tecnologias para o Setor de Máquinas e Implementos Agrícolas”.

O objetivo é criar entre o RS e a Argentina uma rede de difusão de tecnologia com base na articulação com centros de pesquisa e universidades regionais de ambos os países. Atividades a serem promovidas : cursos de especialização, estágios, implantação de projetos específicos, contratos para assistência técnica e de cooperação tecnológica para o desenvolvimento de produtos e métodos de “produção mais limpa” (desenvolvimento de produtos, de componentes e de revestimentos), programas de redução de custos, aumento da produtividade, desenvolvimento da qualidade, e planos de reconversão industrial.

Participantes pela parte brasileira : Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade de Passo Fundo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), SENAI. (através do seu Centro de Tecnologias Limpas), o SEBRAE e os laboratórios de desenvolvimento das empresas.

O projeto encontra-se em fase de apreciação pela contraparte argentina, e deverá ser submetido ao programa da União Européia para a promoção de cooperação empresarial com o Mercosul.

3.1.2. Setores com predomínio de relações comerciais e/ou concorrenciais

3.1.2.1. Câmaras setoriais vinculadas à SEDAI

Alimentos Industrializados : os contatos com empresas do Mercosul estão centrados nas transações comerciais. Foi mencionada ainda a presença de representantes das empresas brasileiras em feiras e eventos internacionais promovidos pelo setor para incrementar o comércio.

Couro e Calçados : o setor no RS integra o programa de internacionalização da Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (ABICALÇADOS), com a participação de vinte e duas pequenas empresas. O programa tem duração prevista de quatro anos e objetiva preparar as empresas para o ingresso no mercado internacional. A cooperação tecnológica é realizada com parceiros italianos. As relações no âmbito do Mercosul restringem-se às transações comerciais nas quais o RS apresenta alternadamente déficit e superávit comercial.

Materiais Recicláveis : encontra-se em fase de implementação o Programa Estadual de Incentivos às Indústrias de Reciclagem de Resíduos Sólidos, para aplicação da lei 9921 de 27/07/93 sobre a Gestão de Resíduos Sólidos, regulamentada pelo decreto 38 356 de 01/04/98. Cabe à Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM) a constituição da comissão para aplicação da lei. Para o desenvolvimento do setor de materiais recicláveis no Estado, as fontes tecnológicas a serem consultadas são identificadas na Europa.

Química, Petroquímica e Plástico : a realização de reuniões da CS não é solicitada há praticamente um ano. Explica a falta de dinamismo da CS para estes setores o predomínio de grandes empresas para as quais a efetivação das estratégias concorrenciais possuem maior grau de independência quanto ao apoio do setor público via CS.

Têxtil : as discussões na CS revelam a preocupação com a baixa competitividade face aos produtos estrangeiros. O setor reivindica medidas protecionistas e a criação de

fontes de financiamento. O FUNDOTEXTIL, criado pelo governo estadual, prevê recursos para o desenvolvimento de estudos de prospecção de mercados.

3.1.2.2. – Câmaras setoriais vinculadas à SAA

De maneira geral, há resistência ao estabelecimento de cooperação regional nas CS vinculadas à SAA. As discussões realizadas explicitam conflitos ligados às perdas decorrentes da política nacional de incentivo ao fluxo comercial no Mercosul.

Face à necessidade de reestruturação e de recuperação de mercados, os setores empresariais orientam suas demandas para a adoção de barreiras à entrada de produtos estrangeiros.

Encontram-se listadas a seguir as informações para os diferentes setores cuja produção está baseada em produtos agropecuários.

Arroz : são detectados problemas de competitividade em relação à produção realizada nos países fronteiriços. Face a essa situação, os produtores solicitam facilidades no acesso ao crédito oficial. Detecta-se a presença de produtores gaúchos instalados no Uruguai e de engenhos brasileiros instalados na Argentina. E também a importância das transações comerciais.

Carnes e Derivados : a cadeia produtiva ligada à produção de carnes e derivados no RS é marcada pela perda de dinamismo. Nos últimos anos, foi verificada queda de 35% a 40% do efetivo animal e consequente redução no volume de abate nos frigoríficos. Encontra-se em desenvolvimento um programa, com recursos federais do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), de incentivo à retenção de matrizes e, portanto à recomposição do rebanho. Pode ser identificado ainda, no âmbito das políticas estaduais, o Programa Carne de Qualidade (1995-99) que oferece isenção fiscal (ICMS) para abate de novilhos.

Os avanços obtidos na área de sanidade animal e a consequente erradicação da febre aftosa (com vacinação) possibilitaram ao Estado a obtenção, em maio de 1998, do Certificado de Zona Livre de Febre Aftosa, junto à Organização Internacional de Epizootias (OIE). Pela primeira vez, a OIE concede o certificado a uma região de um país. A obtenção do certificado abre perspectivas de entrada no mercado dos EUA. A busca de incorporação de conhecimentos e informações sobre os procedimentos a serem adotados para obtenção de quota de exportação levou a representação do setor, através do Sindicato da Indústria de Carnes e Derivados no Estado do Rio Grande do Sul (SICADERGS), a estabelecer contatos com técnicos do Ministério da Agricultura do Uruguai. Ainda em relação ao comércio exterior, o RS é tradicional importador de produtos da Argentina e do Uruguai, e mais recentemente do Paraguai.

Erva Mate : face à concorrência do produto argentino, o setor se mobilizou para a criação, em 1998, de uma comissão, com representantes dos três Estados do sul do país ligados às Secretarias do Meio Ambiente e da Agricultura, para discutir estratégias de desenvolvimento. A comissão tem como proposta a criação, pelo Ministério da Agricultura, do Conselho Nacional da Erva Mate.

Ovinocultura : a cadeia produtiva (produção animal, e agroindústria de fiação, tecelagem e confecção) é marcada pela redução do nível de atividade. Contribuíram para a perda de importância econômica do setor a falta de crédito, a queda do preço da lã no mercado internacional devido à liberação dos estoques australianos, e a entrada no país de produtos uruguaios. As reivindicações efetuadas junto ao governo estadual, resultaram na proposta de criação do Fundo de Desenvolvimento da Ovinocultura (FUNDOVINOS). Este encontra-se em fase de regulamentação e tem início previsto para o próximo ano. O governo estadual busca incentivar a aquisição de animais, a melhoria de pastagem e do maquinário; e pode vir a adotar ainda medidas de renúncia fiscal como forma de incentivar o consumo de carne e lã.

Apesar da concentração das cooperativas dos produtores de lã em zonas de fronteira, as relações com o Uruguai são

predominantemente comerciais (aquisição de matrizes pela parte brasileira, e aquisição de animais para industrialização da lã, pelo lado uruguaio atuante no fornecimento internacional de matéria-prima para a o setor do vestuário). Ainda em relação ao lado brasileiro, o “único encontro dos produtores com a tecnologia” parece ocorrer via EMBRAPA e EMATER.

Trigo : *Apresenta problemas de competitividade em relação ao produto argentino.*

Uva e Vinho : *Esta cadeia produtiva é beneficiária do Fundo de Desenvolvimento da Viticultura (FUNDOVIT) destinado a criar condições necessárias para a melhoria da qualidade da uva e do vinho. No âmbito do programa de desenvolvimento da cadeia produtiva foi efetuado, com recursos do PNUD, o diagnóstico e o cadastro das variedades cultivadas de forma a fornecer informações para a pesquisa com variedades de uvas e manejo na produção. Parcerias tecnológicas são orientadas majoritariamente para contrapartes da França e da Itália.*

3.2. Instituições e Organismos Governamentais

3.2.1. Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Rio Grande do Sul

Na fase anterior do projeto, em 1997, o estudo das iniciativas da SCT, através da FAPERGS, explicitou uma atuação reativa marcada pela resposta financeira às demandas da comunidade científica envolvendo parcerias em C&T no âmbito do Mercosul.

No entanto, os desdobramentos dos esforços da SCT para a concretização de oportunidades abertas pelo Ajuste Complementar sobre as Atividades de Cooperação entre o Estado do Rio Grande do Sul e a Secretaria de Ciência e Técnica da Presidência da Nação Argentina, de 1996, documento assinado no âmbito do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina, de 1982, permitem identificar uma alteração na atuação da FAPERGS. Trata-se de ação específica (edital 01/98) de

fomento à cooperação regional em C&T que poderá, em fase posterior, ser orientada para a indução ao desenvolvimento da pesquisa em áreas e temas prioritários/estratégicos.

A reestruturação da área de C&T na Argentina (a SCT da Argentina antes vinculada diretamente à presidência da república passou a constituir um departamento do Ministério da Educação), colocou em stand by, até o início de 1988, as discussões com a representação do RS para a criação de incentivos à cooperação.

Em convergência com a proposta da Secretaria de Ciência e Técnica da Argentina, foi lançado, em abril de 1988, o edital 01/98 – “Programa de Intercâmbio Científico e Tecnológico entre o Estado do Rio Grande do Sul e a Argentina”. O lançamento do referido edital foi feito simultaneamente pela FAPERGS (RS) e pela Agência Nacional de Promoção Científica e Tecnológica (ANPC/Argentina).

No período abril/junho apresentaram-se quarenta e cinco projetos, pelo lado argentino, e cinquenta e seis, pelo brasileiro. A aprovação do projeto requer sua identificação em ambos os países. O julgamento pelas agências de fomento ocorreu no mês de agosto.

*O programa tem como objetivo incentivar a mobilidade de pesquisadores via concessão de recursos adicionais destinados ao pagamento de passagem, seguro e hospedagem, de forma a facilitar as atividades de grupos vinculados a **projetos integrados de pesquisa**. Os beneficiários são as universidades e os centros de pesquisa com projetos em andamento.*

A parte brasileira foi favorável a uma forte indução com especificação de áreas prioritárias para apresentação e seleção de projetos. No entanto, a necessidade de identificação da cooperação existente pela contraparte argentina justificou a não definição de áreas/temas estratégicos no edital 01/98.

O quadro 4 lista os projetos apresentados em ambos os países, reproduzindo a classificação por áreas do conhecimento adotada pela instituição argentina.

Quadro 4 - Projetos integrados apresentados no Brasil e na Argentina

Área / nº de projetos	Nº de Projetos	Instituições (nº de projetos)
Ciências do Universo	3	Pública : UFRGS (1) Privada : UNISINOS (2)
Ciências da Vida	20	Pública : UFSM (2), UFRGS (10), FURG (5), EMBRAPA (1) Privada : Universidade de Passo Fundo (1), UNISINOS (1)
Ciências Exatas	14	Pública : UFRGS (10), FURG (1), UFSM (1), Privada : SENAI (2)
Ciências Humanas e Sociais	8	Pública : UFRGS (7) Privada : UNIJUI (1)
	TOTAL : 45	

Fonte : Secretaria da Ciência e Tecnologia do Estado do Rio Grande do Sul.

3.2.2. Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM)

A atuação da CPRM – Serviço Geológico do Brasil, ligada ao Ministério das Minas e Energia, é voltada para a realização de pesquisa tecnológica e disponibilização de informações via levantamentos geológicos e hidrológicos. No cumprimento de suas funções, a Superintendência Regional de Porto Alegre da CPRM tem estabelecido convênios com universidades (UFRGS e UNISINOS, no caso do centro de Porto Alegre) para desenvolvimento de trabalhos conjuntos.

Nas atividades da Superintendência Regional de Porto Alegre destaca-se a elaboração do Mapa Gemológico da Bacia do Prata para detectar a presença de jazimentos econômicos.

Teve origem no I Encontro dos Serviços Geológicos dos Países do Cone Sul (novembro de 1995) a idéia do desenvolvimento conjunto de atividades que tivessem como objetivo a integração, cooperação e intercâmbio técnico-científico entre instituições e pesquisadores dos países do Cone Sul.

Como desdobramento dessa iniciativa foi sugerida a elaboração de um mapa de integração geológica, metalogenética e hidrogeológica das bacias do Paraná e do Prata. O mapa fornece subsídios para o posterior desenvolvimento de mapas de recursos minerais com o enfoque para a água subterrânea, ouro, rochas ornamentais, minerais industriais e pedras preciosas, intercâmbio na área de meio ambiente e criação de banco de dados geológicos e mineiros.

A proposta foi referendada, em 1996, nas reuniões do Grupo Mercado Comum, em seu SGT 2 – Mineração, dando origem ao projeto “Mapas de Integração Geológica, de Recursos Minerais e Hidrogeológica da Bacia do Prata e Áreas Adjacentes”.

O projeto prevê a compilação de informações e permitirá a uniformização de nomenclaturas utilizadas nos diferentes países. Sua coordenação está sob a responsabilidade da

Superintendência Regional de Porto Alegre da CPRM, que definiu dotação orçamentária específica para o projeto no que diz respeito à participação da instituição brasileira.

Participantes do projeto :

Argentina : Serviço Geológico Minero Argentino (SEGEMAR)

Bolívia : Serviço Nacional de Geologia y Minería (SERGEOMIN)

Brasil : CPRM e o Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM)

Paraguai : Sub-secretaria de Minas

Uruguai : Dirección Nacional de Minería y Geología (DINAMIGE)

Com finalização prevista para o segundo semestre de 1998, o canal de divulgação escolhido para a apresentação dos resultados do projeto, o mapa gemológico da Bacia do Prata, foi o Congresso Latino Americano de Geologia, realizado em Buenos Aires, em novembro de 1998.

A integração com instituições do Mercosul tem tido continuidade com a realização do mapeamento em hidrogeologia (em andamento), e metalogenético (a ser desenvolvido em 1999).

O projeto integrado para o estudo do potencial gemológico de bacias sedimentares alterou uma situação marcada por contatos isolados com universidades e serviços geológicos dos outros países. O trabalho conjunto estimulou a mobilidade de pesquisadores para participação em reuniões periódicas nos diferentes países envolvidos.

Como área potencial para a intensificação da cooperação, pode ser sugerida a elaboração de projetos sobre gestão ambiental para ocupação do meio físico em regiões de fronteira. O zoneamento econômico-ecológico destas regiões envolve o estudo da ocupação espacial e o gerenciamento de bacias hidrográficas.

As atividades desenvolvidas pela CPRM em parceria com instituições do Mercosul adequam-se à sua vocação em termos de produzir e tornar disponíveis informações para

os setores empresariais. No Brasil, o centro realiza prestação de serviços técnicos através de contratos e convênios com empresas.

Quanto à sua participação na CS do setor de pedras preciosas, a CPRM procura contribuir através do levantamento dos recursos existentes no território gaúcho. Em particular nas zonas de fronteira existe potencial para a exploração de ametistas e rochas ornamentais, devendo ser mencionados ainda os recursos hídricos.

A CPRM deverá produzir, em parceria com a UFRGS e com o apoio da Secretaria Extraordinária para Assuntos da Metade Sul, o catálogo de rochas ornamentais da Metade Sul.

No entanto, as discussões ocorridas na CS estão polarizadas em torno da preocupação das empresas com a agregação de valor (beneficiamento). Os problemas relacionados à exploração mineral não têm sido destacados apesar dos resultados irregulares obtidos através utilização de técnicas de garimpagem.

3.2.3. Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (FEPAGRO)

A Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio Grande do Sul (FEPAGRO) tem como funções a pesquisa, a produção de insumos básicos, a prestação de serviços técnicos e a difusão de tecnologia. Sua estrutura laboratorial está na base dos numerosos convênios com empresas que contribuem para captação de recursos financeiros externos.

Desde 1997, encontra-se em andamento o Programa Geral de Reestruturação da instituição pelo qual foram estabelecidos objetivos de racionalização das unidades, criação do quadro próprio e renovação dos recursos humanos.

A programação de pesquisa, para o ano de 1998, tem como temas prioritários :

- conservação e uso do solo;
- biotecnologia;
- alimentação, manejo e sanidade animal (ênfase em bovinos, ovinos, gado leiteiro, aves, suínos e peixes);
- tecnologia agroindustrial para profissionalização do produtor rural (mini-empresário);
- tecnologia de controle da qualidade e segurança alimentar (vigilância sanitária, redução e substituição de agrotóxicos, monitoramento de produtos alimentícios);
- desenvolvimento rural sustentável;
- sustentação aos Programas pró-Guaíba (projeto para recuperação do rio Guaíba) e Pró-Rural.

O desenvolvimento de projetos versando sobre estes temas está baseado nos programas institucionais : grãos (feijão, soja, milho e trigo), frutas, recursos naturais renováveis, solo/água/meio ambiente, olerícolas/raízes/tubérculos, plantas ornamentais /medicinais/aromáticas/condimentares, melhoramento/manejo/alimentação animal, sanidade animal.

Os projetos em realização destacados são vinculados às áreas de sanidade animal, agrometeorologia (banco de dados estadual), microbiologia do solo, aumento da produtividade de culturas agrícolas, aquacultura e pesca., manejo florestal para tratamento da madeira, e profissionalização de pequenos agricultores através do ensino de técnicas para industrialização da produção (convênio com Universidade de Caxias do Sul, em 1997, para instalação da “escola de agroindústria” : produção de picles, glaciados, vinho, fermentados, licores e de hortaliças em ambientes controlados, e verificação técnica de frutas).

Em relação à cooperação no âmbito do Mercosul, foram citados contatos esporádicos e informais com o INTA (Argentina) para desenvolvimento de trabalhos na área de sanidade animal, e o oferecimento de cursos, na área de microbiologia do solo, para técnicos da Argentina.

A FEPAGRO mantém áreas experimentais na Argentina e no Uruguai para a realização de testes nas culturas de milho, soja, e sorgo, atividade esta que não envolve cooperação.

Há interesse em retomar os contatos com o INTA. E os temas potenciais para desenvolvimento de pesquisa conjunta são o controle de qualidade de produtos em trânsito e sanidade animal (doenças virais, doenças que se confundem com a febre aftosa, doenças parasitárias, zoonoses, patologia aviária bovina, ovina e suína).

3.2.4. Fundação de Ciência e Tecnologia (CIENTEC)

A CIENTEC têm sua atuação centrada no desenvolvimento de ações em tecnologia industrial via prestação de serviços tecnológicos (ensaios, aferição/calibração, consultoria, extensão, inspeção, pesquisa e desenvolvimento, difusão do conhecimento).

Interage com as empresas em diversas áreas de especialização : alimentos, construção civil, metal-mecânica, eletro-eletrônica, recursos minerais, química industrial, processos industriais.

Encontra-se em construção pela CIENTEC o Centro de Componentes Automotivos para a realização de testes (previsão inauguração em 1999). Através desse centro a instituição está procurando estabelecer parcerias com universidades e montadoras de automóveis localizadas no Estado.

Em relação aos temas potenciais para cooperação no Mercosul, foram mencionadas consultas realizadas junto ao LATU (Uruguai) para desenvolvimento de projeto de controle de produtos em trânsito e de certificação de produtos alimentícios comercializados entre os dois países. No entanto, não houve desdobramentos.

Existe interesse na retomada dos contatos, tendo sido mencionada a programação de uma visita ao LATU para o mês de setembro de 1998.

Quanto ao potencial para desenvolvimento de cooperação, destacam-se os seguintes temas :

- a ampliação das oportunidades para prestação de consultorias através do desenvolvimento de pesquisas

conjuntas para melhoria da qualidade na fabricação de produtos de alto valor agregado;

- previsão de tempo e clima : geração de informações e uniformização de normas técnicas para o controle metrológico de forma a evitar quebras na produção agrícola;

- extração de óleo da casca do arroz através de projeto binacional (Brasil-Uruguai), integrando os produtores agrícolas em torno do objetivo de agregação de valor a um sub-produto da lavoura do arroz (projeto de extração industrial do oryzanol a partir do óleo de farelo de arroz);

- desenvolvimento da fruticultura nas áreas próximas à fronteira com o Uruguai;

- desenvolvimento de cataventos para a geração de energia na região sul;

- melhoria na qualidade da transmissão de energia elétrica (testes para redução de perdas) entre Brasil e Uruguai;

- estudo da interferência eletromagnética (efeitos das ondas eletromagnéticas sobre a população) nas localidades (em particular nas regiões de fronteira) que sediam torres de transmissão;

- desenvolvimento de argamassa a partir das cinzas de carvão, permitindo o aumento da durabilidade do produto e reduzindo o custo (habitacional e na pavimentação de estradas);

- estudos sobre os efeitos da chuva ácida na região de Bagé (fronteira com Uruguai) na qual encontra-se instalada usina termoelétrica cujo funcionamento é a base de carvão mineral;

- conservação de energia para pequenas unidades produtivas nas áreas não cobertas com fornecimento de gás;

- testes de qualidade para componentes automotivos (Brasil-Argentina);

- telecomunicações : evitar que as ligações telefônicas entre municípios fronteiriços passem por Buenos Aires barateando esses serviços para os usuários.

3.2.5. Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul (CODESUL)

O Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul (CODESUL) foi criado, em 15 de junho de 1961, pelos governadores dos Estados da região sul (o Estado do Mato Grosso do Sul ingressou no conselho em 1992), com a finalidade de resolver problemas de caráter regional e impulsionar a economia do extremo sul.²

Os contatos do CODESUL com a Argentina foram formalizados em 1985, com a assinatura da Declaração de Iguazu, para viabilizar estudos de integração econômica entre os países. Em 1986, foi assinada a Ata para Integração Brasil-Argentina, que criou o Programa de Integração Econômica Brasil-Argentina. Com isso promoveram-se alguns encontros entre representantes do CODESUL e das Províncias integrantes da Comissão Regional de Comércio Exterior do Nordeste Argentino/Litoral (CRECENEA-Litoral), entidade argentina congênere ao CODESUL, que reúne seis províncias: Chaco, Misiones, Entre Rios, Formosa, Corrientes e Santa Fé. Tais encontros, porém, eram esporádicos e não podiam resultar em acordos bilaterais, já que se fazia necessária a autorização do Ministério de Relações Exteriores (MRE).

Em 1988, houve a assinatura do Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, com vistas a concretizar as intenções de aproximação entre Brasil e Argentina e com o objetivo de remover, no prazo de 10 anos, obstáculos tarifários e não tarifários ao comércio de bens. No âmbito do Programa de Integração Econômica Brasil-Argentina, foram assinados 24 protocolos para viabilizar a integração, estando entre estes o **Protocolo 23 - Regional Fronteiriço**.

² Consultar o anexo 3 para análise detalhada sobre o CODESUL.
MCT/OEA – Cooperação em Ciência e Tecnologia no Mercosul. Fase II, 1998
PAulino, S. *Cooperação em C&T em Zonas Fronteiriças* –Informe final-Brasil

O Protocolo 23, ao prever a atuação conjunta do CODESUL e da CRECENEA-Litoral, contando com a presença de um representante do MRE do Brasil e de seu órgão correlato na Argentina, tornou viável a realização de acordos bilaterais entre os Estados brasileiros e as Províncias argentinas em questão. E também reativou o Grupo de Trabalho Permanente que planejava o desenvolvimento equilibrado e integrado das fronteiras entre Brasil e Argentina.

Mas foi efetivamente em **1991**, com a assinatura do Tratado de Assunção, que instituiu o **Mercosul**, que a realidade regional foi alterada. Os Estados do CODESUL e as províncias da CRECENEA-Litoral, que de certa forma estavam deslocados dos eixos de desenvolvimento dinâmico de seus países, passaram a ocupar o centro do novo bloco e a vivenciar não só os benefícios mas, também, os problemas oriundos do processo de integração.

O passo decisivo para a atuação conjunta foi dado em junho de 1995, no encontro de Paso de los Libres, com a criação do **Foro Permanente de Governadores CODESUL e CRECENEA-Litoral** que, de maneira objetiva, iniciou nova fase no processo de integração através da composição de Grupos de Integração Temática (GIT).

Atualmente, os GIT contemplam

- Aspectos Fronteiriços.
- Defesa Civil.
- Associações e Conselhos Profissionais.
- Infra-estrutura (com os subgrupos Transporte, Gasoduto, Comunicações e Energia Elétrica).
- Ciência e Tecnologia e Cooperação Técnica (com o subgrupo Banco de Dados).
- Educação (com o subgrupo Cultura).
- Meio Ambiente.
- Saúde.
- Segurança.
- Aspectos Econômicos (com os subgrupos Cooperativismo e Turismo).

Linhas de atuação prioritárias do GIT C&T e cooperação técnica

- Hidrometeorologia - seu andamento está avançado em relação aos demais temas. A realização de um seminário em Curitiba, entre 16 e 17 de julho de 1997, reunindo instituições argentinas e brasileiras, permitiu que fossem compartilhadas informações e evidenciou o potencial de cooperação com a elaboração de um projeto de Monitoramento Hidrometeorológico em toda região. Neste colaboram o Sistema de Meteorologia do Paraná (SIMEPAR), pelo Brasil, e a Universidad Nacional do Litoral, pela Argentina. O objetivo é formar uma rede de informações hidrometeorológicas com alta consistência na fonte de dados, que permita prever antecipadamente a ocorrência de vários fenômenos meteorológicos, auxiliando o trabalho realizado pela Defesa Civil, pelos setores agrícolas e também o aproveitamento de recursos hídricos. Como CODESUL/ CRECENEA-Litoral não podem custear todo o projeto, foi encaminhada uma solicitação de auxílio ao Fondo Financiero de la Cuenca del Plata (FONPLATA), para a qual é aguardada resposta. A base metodológica encontra-se pronta; sendo necessários recursos para a implementação do modelo.

- Sanidade Animal e Vegetal - nesta área o trabalho em conjunto foi direcionado para o diagnóstico e controle de enfermidades fito-animais. Foi realizado o Encontro de Especialistas em Sanidade Animal, em setembro/98, em Florianópolis; e será promovido em novembro/98, na Argentina, um Encontro de Especialistas em Sanidade Vegetal. Espera-se que, a partir destes encontros, sejam estabelecidos contatos que propiciem o surgimento de propostas e projetos mais concretos de cooperação.

- Redes de Informação - este tema receberá maior atenção a partir do próximo ano. Cada Estado membro no Brasil e as Províncias da Argentina comprometeram-se a montar, em um primeiro momento, redes de informação como parte de uma estratégia de organização e aprimoramento de protocolos de comunicação que propiciem forte interação sob todos os aspectos. A formação de uma rede para o ensino à distância é uma das principais metas a serem atingidas. O Paraná criou uma rede própria, com saída para a Internet (é o único Estado brasileiro fora da Rede Nacional de Pesquisa (RNP) da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

(FAPESP). Sabe-se que o crescimento de hardware nesta área é enorme, mas seus benefícios para a entidade só podem ser aproveitados após a implantação de uma infraestrutura básica - uma rede mínima - em cada Estado/Província.

- **Banco de Dados** - é um subgrupo que trabalha a construção de um modelo de banco de dados, estabelecendo protocolos comuns de comunicação para que as informações sejam sistematizadas e processadas de forma semelhante por todos os integrantes do CODESUL/CRECENEA-Litoral. A iniciativa decorre da necessidade de desenvolvimento de indicadores comuns (não só de C&T), para que o sistema flua com rapidez e clareza.

Os três últimos temas ainda estão em fase de estudos, ou seja, são um pouco mais do que intenções, pois ainda não passaram para o plano técnico de elaboração de projetos.

Uma apreciação das atividades do GIT C&T e cooperação técnica, a partir do posicionamento da **representação do Estado do Rio Grande do Sul**, identifica o CODESUL-CRECENEA/Litoral como uma importante instância descentralizada, contando com a participação de interlocutores diretamente envolvidos nas questões das regiões de fronteira. Isso permite a realização de discussões mais objetivas com base no conhecimento da realidade local.

Uma maior homogeneidade no envolvimento do conjunto de governos estaduais e províncias contribuiria de maneira importante para a eliminação de entraves burocráticos que dificultam a implementação de projetos integrados.

Não há participação de setores empresariais nas discussões e projetos efetuados pelo CODESUL-CRECENEA/Litoral, uma vez que a adoção de um comportamento participativo neste tipo de instância "não faz parte da nossa cultura empresarial".

O grande obstáculo para a elaboração e implementação de projetos é a limitação em termos de recursos financeiros.

Este problema poderia ser amenizado com a criação de um Fundo Mercosul.

Até o momento, a principal fonte de financiamento das ações empreendidas pelo CODESUL/CRECENEA-Litoral tem sido os próprios Estados/Províncias quando estes, além de interesse, dispõem de recursos para execução dos projetos aprovados. A necessidade de mais recursos tem feito com que sejam procuradas outras fontes.

Ao Instituto de Integração para a América Latina e o Caribe (INTAL), do BID, foi solicitado financiamento para vários projetos: (i) criação de uma Rede de Monitoramento Meteorológico para a região, com o fim de previsão do Tempo e Clima; (ii) formação de um banco de dados em C&T; (iii) desenvolvimento do turismo na região - o Proditur-Sul (à semelhança de um projeto chamado Proditur-Nordeste).

Ao FONPLATA também foram solicitados recursos para vários projetos, um dos quais já aprovado. Trata-se do projeto de saneamento do rio Uruguai, que atingirá os Estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e a Argentina (o rio é poluído por Santa Catarina, e esta poluição está ligada à criação de suínos). Os recursos, aprovados a fundo perdido, ainda não foram liberados. Foi submetido ao FONPLATA pedido similar para a despoluição do Rio Iguaçu, abrangendo regiões da Argentina, Paraná e Santa Catarina. Além desses, o GIT de Meio Ambiente solicitou recursos para estudo e tratamento do Aquífero de Botucatu, em Mato Grosso do Sul (região do Pantanal), nascente dos Rios Paraná e Paraguai.

3.2.6. Divisão de Assuntos Fronteiriços (DAF)

A Divisão de Assuntos Fronteiriços (DAF) está vinculada ao Departamento de Integração Latino-Americana e dos Assuntos Internacionais da Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais (SEDAI). Este departamento faz o acompanhamento das situações de fronteira e conta com a presença de um escritório de representação do MRE.

A atuação da DAF é voltada para ações de cooperação técnica (intercâmbio entre técnicos do setor público) destinadas ao desenvolvimento das zonas de fronteira.

Tendo assento no sub-grupo Assuntos Internacionais do Grupo Mercado Comum, a representação da DAF defende a atualização do diagnóstico das regiões de fronteira. O objetivo é identificar “vocações” e propor projetos de desenvolvimento. A proposta foi aprovada no CODESUL-CRECENEA-Litoral. Quanto aos recursos para a concretização do projeto, a fonte a ser procurada deverá ser a União Européia.

Os encontros de municípios, realizados anualmente em regime de revezamento, têm constituído um instrumento importante na efetivação da cooperação técnica com a Argentina. O último encontro de municípios ocorreu em Santa Cruz do Sul (RS). Trata-se do IV Encontro de Municípios do Mercosul (09-11/07/98) que contou com a presença do governador do Estado e do secretário do desenvolvimento e dos assuntos internacionais. Foram criadas comissões temáticas para trocar experiências, diagnosticar demandas e propor assinaturas de acordos. Nove foram as comissões sugeridas : gestão municipal, produção agropecuária e agroindustrial, empresarial e comercial, assuntos legislativos/jurídicos/institucionais, saúde e meio ambiente, comunicação, esporte/cultura/turismo, educação, aspectos econômicos da integração. Organizadores do evento : SEDA, Casa de Entre Rios, Famurs, Prefeitura de Santa Cruz do Sul, UNISC e Comissão do Mercosul da Assembléia Legislativa.

A cooperação técnica com a Argentina tem gerado informações com as quais a DAF vem subsidiando a

atuação da Comissão de Cooperação e Desenvolvimento da Fronteira (CODEFRO), criada no âmbito do Ministério das Relações Exteriores (MRE) em 10 de novembro de 1997.

Quanto à cooperação técnica com o Uruguai, pode ser mencionada a criação na SEDAI, em 1991, da equipe multidisciplinar de cooperação técnica na fronteira, com a supervisão da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) ligada ao MRE.

Os trabalhos da referida comissão permitiram a elaboração de 26 projetos integrados (com a participação de municípios fronteiriços dos dois países) para o aproveitamento produtivo da região.

Temas contemplados

- Desenvolvimento da produção leiteira da região fronteiriça.*
- Reciclagem de lixo sólido.*
- Geração de energia a partir da casca de arroz (projeto CIENTEC).*
- Casa Binacional de Artesanato.*
- Fábrica de celulose e papel.*
- Desenvolvimento de jazidas de ágatas e ametistas.*
- Centro Tecnológico da Lã (envolvendo os municípios de Quaraí e Artigas).*

A iniciativa da comissão não apresentou maiores desdobramentos. No entanto, a DAF tem procurado retomar os contatos com a contraparte uruguaia no sentido de elaborar conjuntamente planos diretores de municípios fronteiriços.

4. Caracterização da cooperação

4.1. Atores presentes na coordenação, fomento e realização de atividades de cooperação

Há uma concentração das atividades detectadas na região norte do Estado. Esta sedia as diferentes instâncias da

administração estadual e grande parte dos centros de pesquisa e da indústria gaúcha.

4.1.1. Empresas

A introdução do tema da cooperação regional na agenda empresarial é recente. O desenvolvimento de projetos integrados, nesta segunda metade dos anos 90, está associado aos objetivos de internacionalização das empresas face a um contexto de reconhecimento das oportunidades colocadas pela formação do bloco econômico.

Na identificação de segmentos do setor produtivo dinâmicos no estabelecimento de cooperação, destacam-se setores com predomínio de pequenas e médias empresas. São setores que apostam no crescimento de seus mercados para exportação, sendo a cooperação com contrapartes no âmbito do Mercosul vista como instrumento de criação de condições favoráveis à expansão do mercado extra-Mercosul (base florestal e artefatos de borracha) e intra-Mercosul (máquinas e implementos agrícolas). As iniciativas integram, portanto, estratégias setoriais de internacionalização.

As atividades desenvolvidas visam contribuir para um incremento da competitividade através de projetos destinados à formação e treinamento de recursos humanos, programas de qualidade (fornecimento de matérias-primas, desenvolvimento de produtos), sistemas de aquisição de informações tecnológicas, assistência técnica.

Em relação às fontes de financiamento foram identificadas as próprias empresas, diretamente e/ou através de suas entidades de representação, e fontes internacionais via programa da União Européia.

No entanto, em setores para os quais a abertura comercial é associada a perdas e desestruturação, a atuação é marcada pela solicitação de medidas protecionistas, incentivos fiscais e acesso facilitado ao financiamento (criação de fundos especiais para a reestruturação produtiva da indústria têxtil e em setores baseados na

produção agropecuária como arroz, carnes e derivados, ovinocultura, trigo, uva e vinho). Há um predomínio de relações concorrenciais com as contrapartes dos países fronteiriços. A formação de parcerias tecnológicas exigidas pelo esforço de reestruturação para inserção internacional extrapola as fronteiras do Mercosul sendo dirigidas para a França e a Itália, no caso da produção de uva e vinho, e para a Itália no caso da produção de couro e calçados.

Cabe salientar também a divergência entre a orientação das ações empresariais por um lado, e a gama de oportunidades para estabelecimento de intercâmbio diagnosticada por estudo em fase de elaboração pelo governo gaúcho, por outro lado.

*Trata-se do projeto **Rio Grande do Sul 2010**, em realização no Departamento Estratégico da Secretaria do Planejamento. O referido projeto tem como objetivo identificar potencialidades para o desenvolvimento competitivo da economia gaúcha através do estudo das principais cadeias produtivas instaladas no Estado.*

Segundo contato efetuado com o consultor do projeto, todos os setores da agropecuária possuem potencial para a realização de cooperação regional baseada no aproveitamento de complementaridades.

A situação é diferente na indústria. O potencial para esse tipo de cooperação é considerado restrito devido à existência de modelos industriais diferentes no Brasil e na Argentina, dificultando a identificação de oportunidades para a exploração de complementaridades.

4.1.2. Instituições e organismos governamentais

Iniciativas do governo no estímulo às parcerias regionais foram detectadas a partir do início da presente década. Entretanto, a intensificação das ações empreendidas tem ocorrido nos últimos anos, podendo, então, ser situada nesta segunda metade dos anos 90. É neste período que a aproximação com parceiros dos países fronteiriços passa a influenciar de maneira explícita a atuação das instâncias visitadas.

Nas instituições atuantes no RS e ligadas ao sistema de C&T -FAPERGS, CPRM, FEPAGRO e CIENTEC- há iniciativas em desenvolvimento, no caso das duas primeiras, e intenções de aproximação acompanhadas da identificação informal de temas geradores de projetos de cooperação, no caso das duas últimas.

A Secretaria de Ciência e Tecnologia, identifica na cooperação no âmbito do Mercosul um elemento estratégico para o fortalecimento e a diferenciação do sistema gaúcho de inovação. Isso justificou o lançamento, este ano, pela sua agência de fomento à pesquisa, FAPERGS, de programa para incentivo à mobilidade de pesquisadores objetivando intensificar a aproximação entre instituições e centros de pesquisa brasileiros e argentinos.

Na Superintendência Regional de Porto Alegre da CPRM, o engajamento, na realização de parcerias no âmbito do Mercosul, tem como desdobramento a execução de projetos integrados dinamizando a vocação da instituição na disponibilização de informação para setores cujas atividades estão baseadas na exploração de recursos minerais.

Na FEPAGRO e na CIENTEC não foram identificados incentivos institucionais à cooperação com instituições similares dos países fronteiriços. Isso pode ser explicado pelo perfil dessas instituições cuja atuação é fortemente marcada pela prestação de serviços ao setor produtivo do Estado. No entanto, há tentativas recentes de contatos com contrapartes na Argentina e no Uruguai, de forma a ampliar as atividades das referidas instituições. Em ambas, há o reconhecimento do potencial existente, para aproximação via projetos integrados visando resolução de problemas e aproveitamento de recursos comuns. Parece haver, portanto, uma tendência ao alinhamento do posicionamento oficial destas instituições com a orientação do governo estadual, quanto ao papel da integração regional.

Convém destacar que, no caso da pesquisa agropecuária, a identificação das atividades dos centros de pesquisa, envolvendo cooperação com instituições dos países fronteiriços, ratifica a importância do estudo da atuação dos centros da Embrapa localizados no Estado.

A identificação de problemas comuns, a serem solucionados, e de recursos comuns, a serem explorados, polariza as ações dos organismos estaduais cuja atuação está centrada nos temas da integração e do desenvolvimento das zonas de fronteira (CODESUL e DAF). Os trabalhos destas instâncias da administração pública, referentes ao levantamento e à organização de informações, pode contribuir na elaboração da agenda de cooperação em C&T, através do diagnóstico dos problemas e do levantamento do potencial das regiões fronteiriças. O estoque de informações e a experiência disponíveis nestas instâncias podem, assim, subsidiar a elaboração de projetos integrados.

4.2. Origem e determinantes da cooperação

Com exceção para as instâncias cuja atuação é especificamente voltada para regiões de fronteira (CODESUL e DAF), foi rechaçado o papel da proximidade geográfica, como elemento determinante na geração e na intensificação de intercâmbios.

Apenas para as empresas de base florestal, destaca-se a importância da cooperação a fim de potencializar a exploração de recursos comuns.

Nos casos dos setores de artefatos de borracha e de máquinas e implementos agrícolas, a percepção existente explícita que a proximidade geográfica pode facilitar, mas não constitui o elemento central no estímulo à cooperação.

Nas iniciativas adotadas por estes setores empresariais, são mencionados como elementos determinantes na busca da cooperação nas zonas de fronteira :

- a consolidação e ampliação de mercados, no caso das empresas de máquinas e implementos agrícolas. Neste setor, o fluxo comercial intra-Mercosul destaca-se na dinamização da cooperação;

- o acesso às fontes de financiamento internacional que contemplam preferencialmente projetos integrados envolvendo países do Mercosul. A busca de recursos

financeiros tem incentivado os setores empresariais a procurarem parceiros internacionais para a elaboração de projetos. Estes últimos enfatizam, a superação de problemas comuns eliminando obstáculos à inserção competitiva no mercado internacional (artefatos de borracha), e o atendimento das demandas dos consumidores (máquinas e implementos agrícolas).

*Portanto, um elemento que confirma seu papel de destaque no estímulo à cooperação é o acesso às **fontes de financiamento**. Nos casos dos setores de artefatos de borracha e de máquinas e implementos agrícolas, a elaboração de projetos integrados é percebida como etapa incontornável, para obtenção de recursos internacionais do programa da União Européia, destinados ao financiamento da cooperação empresarial.*

4.3. Papel e significado da cooperação

*O início e/ou a intensificação da cooperação regional, nos anos 90, podem ser vistos como fruto da percepção do Mercosul **como fonte de oportunidades de crescimento econômico e desenvolvimento**, no caso da administração estadual, e como via de obtenção de recursos financeiros e para a abertura de novos mercados, no caso das empresas.*

*Na ausência de políticas nacionais voltadas para o incentivo à cooperação empresarial, as iniciativas identificadas decorrem de **estratégias empresariais de internacionalização**.*

No caso dos organismos governamentais (SCT, CODESUL e DAF), as iniciativas detectadas procuram estimular a “cultura de integração” existente entre pesquisadores; e convergem com a orientação do governo estadual para inserção diferenciada do RS no processo de integração regional entre os países do Mercosul.

Tal orientação encontra-se confirmada na política atual da SCT para o Mercosul visando a fortalecer o sistema estadual de inovação, na atuação da representação do RS no CODESUL, em particular no GIT C&T e cooperação

técnica, prestigiando esta instância e ratificando a importância da mesma na integração das zonas fronteiriças, e na atuação da DAF no fornecimento de informações à CODEFRO.

4.4. Fatores que dificultam o aprofundamento da cooperação

- *Inexistência de políticas nacionais de estímulo à cooperação em zonas fronteiriças.*

- *Grau insatisfatório de autonomia concedido pelo governo federal à instâncias descentralizadas ligadas ao tema da integração das regiões de fronteira. Trata-se do não aproveitamento dos trabalhos já efetuados referentes à realização do diagnóstico e à elaboração de propostas e projetos para o desenvolvimento das zonas fronteiriças.*

- *Dificuldades na identificação e no acesso às fontes de financiamento que contemplem de forma especial a cooperação regional.*

- *Os desníveis existentes, na capacidade de inserção internacional em determinados setores nos diferentes países do Mercosul, destacam o papel das relações concorrenciais como elemento que pode dificultar uma aproximação, com vistas à implementação de projetos conjuntos de internacionalização. O estágio mais avançado, em termos de políticas mercadológicas, alcançado em alguns setores na Argentina e no Uruguai, constitui fator a desestimular a efetivação de parcerias envolvendo a incorporação de conhecimentos, em C&T, suscetíveis de contribuir para a melhoria da competitividade dos produtos do Mercosul. Exemplificam esse fato os casos dos setores produtores de carnes e derivados, de couro e calçados, e de uva e vinho. Para esses setores existe a proposta de criação de um “selo Mercosul” para os produtos destinados à exportação. Tal proposta, vista de maneira favorável pelo empresariado brasileiro, não tem encontrado até o momento receptividade nas reuniões do Grupo Mercado Comum.*

- *Dificuldades no acesso, para setores de menor destaque na economia gaúcha, às “reuniões paralelas” (reuniões de negócios) realizadas durante os encontros de governadores/intendentes do Grupo Mercado Comum. Foram mencionadas ainda dificuldades para a participação de setores de menor porte econômico em feiras internacionais destinadas à realização de negócios. Uma reversão nesse quadro estimularia a aproximação entre o empresariado podendo criar ambiente propício para a identificação de oportunidades para a cooperação.*
- *Reconhecimento insuficiente da importância da multidisciplinaridade na busca de solução para problemas ligados ao meio ambiente via pesquisa em C&T. Contribuiria, para superar esse obstáculo, uma maior abertura para a participação das diferentes áreas de conhecimento no sub-grupo de trabalho Meio Ambiente do Grupo Mercado Comum.*

5. Recomendações

- *O entendimento da cooperação regional em C&T requer a consideração dos diversos aspectos que podem estimular ou dificultar sua efetivação. Em outras palavras, devem constituir objeto de estudo as atividades concretizadas, as propostas e intenções podendo redundar em cooperação, e as atividades de cooperação técnica capazes de subsidiar a elaboração de políticas e de projetos de cooperação.*
- *Definição de medidas e instrumentos de política pública que contemplem setores empresariais com interesse explícito na aproximação com parceiros do Mercosul. Uma vez que a existência de políticas públicas por si só não garante a superação de ambiente hostil à aproximação, contribuiria para a racionalização na alocação de recursos a inserção destacada de setores para os quais a cooperação regional é considerada elemento importante em suas estratégias de crescimento e ampliação de mercados.*
- *Consideração dos trabalhos efetuados nas instâncias descentralizadas de integração em zonas fronteiriças. A*

análise destes trabalhos permite a identificação dos temas/áreas cujo estudo permitiu a identificação de demandas a serem supridas pela pesquisa em C&T. Trata-se do aproveitamento do “mapeamento” já realizado dos temas/áreas para os quais a cooperação deve ser incentivada.³

- Implementação de programas e planos nacionais para integração das zonas fronteiriças dispondo de fundos vinculados e outorgando aos Estados certo grau de autonomia para a tomada de decisões e implementação de projetos. Os recursos para financiamento devem ser destinados aos projetos com aprovação formal por, no mínimo, dois países, e também devem constituir instrumento de indução da pesquisa em C&T para resolução problemas e aproveitamento de recursos/potencialidades.

- A racionalização dos esforços em andamento (melhor alocação dos recursos e das atividades, e aproveitamento dos resultados) seria facilitada pela interação entre as diferentes iniciativas identificadas. Pode contribuir para isso o incentivo à circulação das informações via internet através da criação de espaço dedicado à “cooperação em zonas fronteiriças” que centralize as informações disponíveis nas diferentes instâncias envolvidas com o referido tema.

- A ampliação do estudo da cooperação empresarial exige a inclusão dos setores de maior importância econômica e com predomínio de grandes empresas. Para estes, a implementação de estratégias de crescimento e de eventuais parcerias no Mercosul, parece possuir canais diferentes e independentes em relação à atuação/coordenação/intermediação promovidas pelo governo estadual via câmaras setoriais.

- A região norte do Estado concentra a indústria gaúcha e boa parte das instituições que compõem o sistema estadual de inovação; concentra também as iniciativas de cooperação. No entanto, um quadro mais detalhado da cooperação entre instituições do RS e parceiros da

³ Em 1990, foi realizado pelo CODESUL, com recursos dos BID/INTAL, um estudo sócio-econômico da região fronteira.

Argentina e do Uruguai, capaz de aprofundar o quadro da cooperação envolvendo os diferentes setores da produção econômica, poderia ser obtido com o estudo das universidades confessionais e comunitárias privadas localizadas no interior do Estado, em particular nas zonas de fronteira, dos centros da Embrapa, e das atividades de extensão promovidas pela Emater.

SIGLAS

ABC – Agência Brasileira de Cooperação
ABIARB – Associação Brasileira da Indústria de Artefatos de Borracha
ABICALÇADOS – Associação Brasileira das Indústrias de Calçados
AGEFLOR – Associação Gaúcha de Empresas Florestais
ANFAB – Associação Nacional dos Fabricantes de Artefatos de Borracha
ANPC – Agência Nacional de Promoção Ciência e Tecnológica
APIC – Asociación Paraguaya de la Industria del Caucho
ASBR – Associação Sul Brasileira de Empresas Florestais
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRDE - Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
C&T – Ciência e Tecnologia
CEDEFOR – Conselho de Desenvolvimento Sustentável Florestal do Mercosul
CETERPO – Centro de Tecnologia de Polímeros
CICAU Cámara de Industriales del Caucho y Afines del Uruguay
CIENTEC – Fundação de Ciência e Tecnologia
CNI – Confederação Nacional da Indústria
CODEFRO – Comissão de Cooperação e Desenvolvimento da Fronteira
CODESUL – Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul
COMINCAUCHO – Comisión de Industriales del Caucho del Mercosur
CPRM – Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
CRECENEA – Comissão Regional de Comércio Exterior do Nordeste Argentino/Litoral
DAF – Divisão de Assuntos Fronteiriços
DINAMIGE – Dirección Nacional de Minería y Geología
DNPM – Departamento Nacional da Produção Mineral
EMATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FAIC – Federación Argentina del Caucho
FAMURS – Federação das Associações de municípios do Rio Grande do Sul
FAPERGS - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul
FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FARSUL – Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul
FECOLÃ – Federação das Cooperativas de Lã do Brasil
FEPAGRO – Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária
FIBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
FONPLATA – Fondo Financiero de la Cuenca del Plata
FUNDOVINOS – Fundo de Desenvolvimento da Ovinocultura
FUNDOVIT – Fundo de Desenvolvimento da Viticultura
GIT – Grupo de Integração Temática
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
ICMS – Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
INTA – Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária
INTAL – Instituto de Integração para a América Latina e o Caribe
LATU – Laboratório de Tecnologia do Uruguai
MERCOSUL – Mercado Comum do Sul
MOVERGS – Associação das Indústrias de Móveis do Estado do Rio Grande do Sul
MRE – Ministério das Relações Exteriores
OIE – Organização Internacional de Epizootias
PBQP – Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade
PIB – Produto Interno Bruto
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROINCI – Programa Setorial para o Desenvolvimento da Indústria de Cigarros
PROINTERIOR – Programa Setorial para Interiorização das Indústrias
PROPEÇAS – Programa Setorial de Desenvolvimento da Indústria de Autopeças
PROPLAST – Programa de Setorial de Desenvolvimento da Indústria de Transformação de Produtos Petroquímicos e Químicos
PROTEC – Programa Setorial de Desenvolvimento da Indústria de Alta Tecnologia

PUC – Pontifícia Universidade Católica
RECONVERSUL – Programa de Reconversão Industrial para a Metade Sul.
RNP – Rede Nacional de Pesquisa
RS – Rio Grande do Sul
SAA – Secretaria da Agricultura e do Abastecimento
SCT – Secretaria da Ciência e Tecnologia
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEDAI – Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais
SEGEMAR – Serviço Geológico Minero Argentino
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SERGEOMIN – Serviço Nacional de Geologia y Minería
SGT – Sub-Grupo de Trabalho
SICADERGS – Sindicato da Indústria de Carnes e Derivados no Estado do RS
SIMEPAR – Sistema de Meteorologia do Paraná
SIMERS – Sindicato das Indústrias de Máquinas e Implementos Agrícolas no Rio Grande do Sul
SINBORSUL – Sindicato das Indústrias de Artefatos de Borracha do Estado do Rio Grande do Sul
UFPEL – Universidade Federal de Pelotas
UFPR – Universidade Federal do Estado do Paraná
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSM – Universidade Federal de Santa Maria
UNISC – Universidade de Santa Cruz do Sul
UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABIARB/ANFAB (1994) – Projeto “Implantação da Capacitação Tecnológica e de Gestão da Qualidade na Indústria de Artefatos de Borracha da Argentina, Brasil e Uruguai”.

ABIARB/ANFAB (1998) – Folder do “Programa de Internacionalização das Indústrias Brasileiras de Artefatos de Borracha”, sub-projeto 1 “Capacitação dos Recursos Humanos para Atuação no Comércio Internacional”.

AGEFLOR (1998) – “Considerações sobre o Setor Florestal do Rio Grande do Sul”.

CEDEFOR (1998) – “Ata da VII Reunião do Conselho Deliberativo”.

CIENTEC (1998) – Material de divulgação institucional.

COMINCAUCHO (1995) – “Relatório da Competitividade da Indústria de Artefatos de Borracha da Argentina, Brasil e Uruguai”.

COMINCAUCHO (1997) – Projeto “Capacitação e Aperfeiçoamento de Profissionais e Técnicos da Indústria de Artefatos de Borracha do Mercosul”.

FEPAGRO (1997) – “Programa Geral de Reestruturação”.

FEPAGRO (1998) – “Programa de Pesquisa 1998”.

SCT (1998) - Edital 01/98 – “Programa de Intercâmbio Científico e Tecnológico entre o Estado do Rio Grande do Sul e a República Argentina”.

SCT (1998) – Lista dos projetos apresentados em resposta ao Edital 01/98 – “Programa de Intercâmbio Científico e Tecnológico entre o Estado do Rio Grande do Sul e a República Argentina”.

Secretaria Extraordinária para Assuntos da Metade Sul (1998) – “Programa de Desenvolvimento Florestal da Metade Sul”.

Secretaria Extraordinária para Assuntos da Metade Sul (1998) – “Reconversul - Nova Etapa : Programação”.

SEDAI (1997) – “Acordo para a Criação da Comissão de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço entre a República Federativa do Brasil e o governo da República Argentina”.

SEDAI (1982) – “Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre a República Federativa do Brasil e o governo da República Argentina”.

SEDAI (1988) – “Protocolo nº 23 – Regional Fronteiriço” entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Argentina.

SEDAI (1995) – “O Rio Grande em Parceria : proposta de criação de câmaras setoriais estaduais”.

SEDAI (1996) – “Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina”.

SEDAI (1996) – “Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre a República Federativa do Brasil e o governo da República Argentina sobre as Atividades de Cooperação entre o Estado do Rio Grande do Sul e a Secretaria da Ciência e Tecnologia da Nação Argentina”.

SEDAI (1998) – Comércio Exterior Brasil & Rio Grande do Sul.

SEDAI (1998) – Lista das câmaras setoriais do Estado do Rio Grande do Sul.

SIMERS (1998) – Proposta de “Criação de Centros de Difusão de Tecnologias para o Setor de Máquinas e Implementos Agrícolas”.

SINBORSUL (1998) – Folder do “Programa da Qualidade da Indústria de Artefatos de Borracha”, 4ª edição.